

GRUPO INDÍGENA *SURUI* – *AIKEWAR* – TERRA INDÍGENA SORORÓ – PA

DIAGNÓSTICO

ASPECTOS ETNO-HISTÓRICOS

Os *Suruí* do Pará, que se autodenominam *Aikewar*, habitam a Terra Indígena Sororó, situada no sudeste do estado, 100 km ao sul de Marabá, no município de Brejo Grande do Araguaia, próxima à Serra das Andorinhas. De acordo com Ferraç, a denominação conferida à terra indígena, refere-se exatamente à localidade até onde se estendia o território *Suruí* a noroeste – o rio Sororó, formador do rio Itacaiúnas, tributário da margem esquerda do médio rio Tocantins.

As primeiras informações sobre estes índios datam do início do século, com a instalação de garimpos de cristal de rocha, nas proximidades do rio Vermelho até Conceição do Araguaia, e de expedições realizadas por religiosos nas proximidades de Santa Isabel, no Pará.

Nas décadas de 20 e 30, com a exploração do caucho e da castanha-do-pará na região, desencadearam-se os conflitos com os *Suruí*, levando-os a se deslocarem em direção às cabeceiras do rio Sororó, com registros de sua presença nas proximidades de Santa Isabel, no Pará, de acordo com Laraia.

A primeira tentativa de contato amistoso com os *Suruí* foi realizada em agosto de 1951, estabelecendo-se de fato em agosto de 1953. Em 1957, houve um enfrentamento, entre castanheiros e os *Suruí*, na localidade chamada “Fortaleza”. Os índios se refugiavam na mata, em direção às pequenas cabeceiras, quando, com o auxílio de um intérprete Tapirapé, aproximaram-se definitivamente. No final daquela década, após anos de pressões violentas, os *Suruí* fixaram-se num local junto ao “Grotão dos Caboclos”, a cerca de 4 km da atual aldeia, onde viveram até 1988. Lá a FUNAI construiu a primeira sede do Posto Indígena.

Nos últimos 40 anos, as mudanças de aldeia dos *Suruí* se deram no interior de um mesmo território, deslocando-se sempre que eram ameaçados, primeiro pelos Kaiapó, depois pelas contínuas pressões exercidas com a ocupação econômica daquela região.

Desde 1988, a maioria dos *Suruí* estão reunidos em uma aldeia, junto às cabeceiras do chamado “Grotão dos Caboclos”, afluente do rio Sororozinho, por sua vez tributário do Sororó, e a 4 km da rodovia PA-152, que liga a Transamazônica a São Geraldo do Araguaia e corta a Terra Indígena em sua porção mais oriental, numa extensão aproximada de 9 km. Ao longo dela, instalaram-se inúmeros pequenos povoados e trabalhadores rurais, alguns deles em antigos aldeamentos *Suruí*. Distante de Marabá 115 km, o acesso à Terra Indígena é feito através da rodovia PA-152, pavimentada.

Estudos arqueológicos realizados em 1987 na região do Parque Estadual Serra das Andorinhas, segundo o Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, apontam para a existência de 53 sítios arqueológicos, sendo 3 de arte rupestre, onde foram mapeadas 5.436 gravuras e 60 pinturas.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Decorridos 40 anos de contato com os *Suruí*, observa-se um processo de lenta recuperação e crescimento demográfico. Ao final da década de 50, a população estava estimada em 100 pessoas, conforme Laraia. Seguiu-se um período de intensificação dos contatos com regionais, ocasionando epidemias de gripe e acentuada depopulação num curto espaço de tempo.

No início da década de 60, a população registrada por Laraia era de 40 pessoas, não parecendo possível sua recuperação. Em março de 1975 eram 64 e em 1976, 74. O salto havido nos anos seguintes, evidencia o crescimento ocorrido: em 1985 contavam 111 pessoas. Em 1991, somavam 141 índios, com crescimento registrado de julho de 88 até aquela data de 15.5%.

Atualmente, segundo dados colhidos *in loco*, a população *Suruí* é composta de 213 pessoas resultando numa densidade demográfica de 0,008 hab/ha. No decorrer destas últimas décadas, 9 regionais se agregaram a eles, através de casamentos. Há ainda 3 mulheres que se casaram com índios *Parakanã* que, após o nascimento do primeiro filho, se transferiram para a aldeia de seus pares.

FIGURA 0-1 CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DO GRUPO INDÍGENA SURUÍ – AIKEWAR

ASPECTOS ETNO-ECOLÓGICOS

A Terra Indígena onde vivem os *Suruí*, situa-se ao sul do estado do Pará, município de Brejo Grande do Araguaia, entre os rios Gameleira e Sororozinho e ocupa uma área de 26.257 ha, com perímetro de 74 km. A aldeia fica localizada em terras firmes da mata tropical, às margens de um afluente do rio Sororozinho, o “Grotão dos Caboclos”.

Ao longo do tempo, várias foram as localizações de aldeias *Suruí* dentro do território tradicional.

São principalmente as mortes que determinam as mudanças e reconstrução de novas aldeias. Para os *Suruí*, assim como as outras sociedades Tupi, segundo Viveiros de Castro, vida e morte são processos que formam um *continuum*, à medida em que os nomes pessoais retornam, em geral, a cada duas ou três gerações. Há vários cemitérios no interior da Terra Indígena e o que vem sendo utilizado atualmente, fica distante 3 km da aldeia.

As práticas xamanísticas de cura ainda são usadas e a realização de rituais, se intensifica por ocasião do plantio de novos roçados. Estas práticas revestem-se de grande importância para os *Suruí*, enquanto expressão de sua identidade e de um sistema de valores que se reafirma permanentemente, frente às pressões da sociedade nacional.

De acordo com Ferraz, a dinâmica da expansão camponesa pressionada pelas frentes agro-pecuárias contou, num passado recente, com as benesses dos índios, que “cederam” porções significativas de seu território às povoações hoje localizadas à beira da rodovia, no limite leste, onde, na realidade, eram antigas aldeias e cemitérios. Não são raras as relações de troca, compadrio ou “meia” com estes moradores.

Em setembro de 1995, um incêndio na Terra Indígena Sororó, provocado pela queimada de pastagens limítrofes a leste e ao norte, de acordo com laudo do IBAMA, teve como consequência uma devastação mais acentuada: no

auge da estação seca na região, cerca de 70% da vegetação, constituída por floresta primária no interior da Terra Indígena, foram queimados com toda a caça que encontrava refúgio naquela área remanescente.

Técnicos do Centro Agro-Ambiental do Araguaia -Tocantins, instituição com sede em Marabá, ligada à Universidade Federal do Pará, que, a pedido dos *Suruí* visitaram a área após o sinistro, avaliaram que a capacidade de regeneração da floresta é relativamente lenta naquela região, onde os desmatamentos no entorno da Terra Indígena Sororó vêm-se avolumando com a formação indiscriminada de pastagens em maior extensão.

A drástica redução territorial sofrida e o crescimento populacional ocorrido nos últimos vinte anos, traduzem-se atualmente nas deficiências alimentares, sobretudo protéica e, de um modo geral, no quadro de saúde debilitada da população, como demonstram os inúmeros casos de desnutrição infantil e pneumonia verificados no último ano. Este problema agravou-se mais ainda, com o grande incêndio de 95, caracterizando ainda mais o comprometimento do potencial de sustentabilidade do território para a reprodução social dos *Suruí*.

CONDIÇÕES MATERIAIS DE SOBREVIVÊNCIA

Por meio do Decreto nº 88648 / 83, a Terra Indígena Sororó foi homologada e, desde então, os índios reivindicam uma redefinição de seus limites. Segundo Ferraz, de 1968 até os dias atuais, todas as tentativas para a regularização fundiária da Terra Indígena Sororó, nunca traduziram as reais possibilidades de proteção dos direitos territoriais dos *Suruí*. Na demarcação realizada em 1977, cerca de 40.000 ha ficaram de fora da área reivindicada. Em 1988, Projetos de Assentamento ocuparam grande parte da área pretendida, até que, em 1996, foi possibilitada a retomada do processo de revisão de limites, quando foram realizados estudos complementares e atualização de dados, visando a adequação do processo ao disposto no decreto 1775/96. Esta proposta para redefinição da Terra Indígena, encontra-se em tramitação na FUNAI.

A dieta *Suruí* é baseada na caça e na coleta de frutos silvestres, principalmente castanha, cupuaçu, bacaba e açaí, apesar da escassez crescente desses recursos naturais naquela área. A pesca não ocupa lugar de destaque enquanto fonte de alimentação, dada a própria inexistência de mananciais na área onde vivem. Na aldeia há um poço semi-artesiano, cuja água é utilizada para consumo. O suporte na agricultura familiar de subsistência dá-se com alta rotatividade de aproveitamento de capoeiras, através do sistema de coivara – derrubada, queima e plantio. Em geral, os *Suruí* criam animais domésticos junto às casas, especialmente muares, utilizados para transporte na região do baixo Araguaia. Dispõem também de um pequeno rebanho bovino e caprino, para consumo doméstico de leite.

Em 1982, foi firmado um convênio entre a CVRD e a FUNAI, devido à localização da Terra Indígena Sororó, em área de influência da Estrada de Ferro Carajás, cujos recursos destinaram-se principalmente ao financiamento do projeto de coleta de castanha. Entretanto, ultimamente, com a diminuição do produto, em decorrência dos desmatamentos freqüentes na região, deixou de ser uma atividade comercial significativa.

Ainda assim, a coleta e a comercialização da castanha, realizada por grupos familiares, constituía-se na única atividade que vinha lhes propiciando algum rendimento, com vistas à aquisição de bens industrializados que se tornaram indispensáveis, como roupas, munição, querosene, etc. Entretanto, o incêndio ocorrido em 1995, que destruiu 70 % da Terra Indígena, inviabilizou quase que totalmente esta fonte de renda.

Quando de suas visitas aos povoados vizinhos, os *Suruí* comercializam seu artesanato, sendo que os valores para pagamento raramente são estipulados por eles próprios.

No decorrer dos últimos trinta anos, intensificaram-se as relações dos *Suruí* e os regionais, sobretudo após a ampliação da rodovia que corta a Terra Indígena, a PA -152, um ramal da Transamazônica, que diminuiu em 200 km a distância entre o sudeste do Pará e o estado de Tocantins. Aberta desde 1972, o governo do estado do Pará

não havia estabelecido nenhuma forma de compensação pela interferência desta rodovia na Terra Indígena Sororó.

Só em 1998, quando iniciaram as primeiras providências para sua pavimentação, foi promovida uma reunião e os índios foram chamados para negociar, ocasião em que várias ações de compensação foram ajustadas. Entretanto, o equipamento para o início dos trabalhos já se encontrava na Terra Indígena e nenhuma das medidas negociadas havia sido implantada. Em decorrência, os índios prenderam o maquinário, levando a FUNAI a se reunir com os responsáveis, visando o cumprimento das ações. Além da FUNAI e das lideranças *Suruí*, participaram das negociações, o CIMI Norte 2, o Ministério Público e a Secretaria de Transportes do Pará.

A compensação estabelecida passou então a ser cumprida e contempla a construção de novas casas para a aldeia (42 casas, garagem e depósito), aquisição de veículos, motor para acionar bombas d'água e dois poços artesianos, construção de passagem para pedestres sob a estrada e construção de açude para criação de peixes. Nesta reunião, foi ainda elaborado um documento, onde o Governo do Pará se compromete a atender às necessidades dos *Suruí*, através da implantação de projetos de assistência e proteção.

Assim, a vigilância que os *Suruí* exercem sobre seu território, estão calçadas nas relações que estabeleceram com a população vizinha; no entanto, a invasão ocorrida em maio de 95, revelou aos *Suruí*, por um lado, a extrema fragilidade dessas "alianças" que pareciam garantir o respeito aos limites, e por outro, a presença de uma legião de novos migrantes na região, cujo controle, eles não detêm.

Através da atuação do CIMI – Conselho Indigenista Missionário, os *Suruí*, participam com outros povos de mesma filiação cultural e linguística, da ANTAPAMA – Articulação Nacional dos Povos Tupi na Amazônia, onde são abordados e discutidos assuntos de interesse comum.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E POLÍTICA

Autodenominados *Aikewar*, que significa *nós, a gente*, os *Suruí do Pará* são um grupo Tupi do leste amazônico – bacia do Tocantins – classificado em um subconjunto da família Tupi-Guarani, conforme Aryon D. Rodrigues.

Conforme observou Laraia, dividem-se em 5 clãs, que possuem chefia e atribuições específicas, como caça, coleta, práticas agrícolas, etc. É possível observar entre os *Suruí*, assim como nas demais sociedades Tupi contemporâneas, que estes conjuntos de unidades familiares correspondem a círculos de poder relativamente independentes e, por vezes, com interesses antagônicos; alianças e cisões costumam, assim, operar com frequência na dinâmica destas sociedades e as separações espaciais, em geral nas proximidades da aldeia, expressam estas diferenças.

A chefia tradicional de todo o grupo pertence ao clã "*koaci-arió*", descendentes diretos de *Mahtra*, o herói civilizador. De acordo com a cosmologia *Suruí*, só os descendentes dos heróis civilizadores podem ser chefes políticos ou *xamãs*, responsáveis pela condução de todo o grupo.

Um crescente intercâmbio com a sociedade regional ocasionou mudanças profundas no sistema de organização social *Suruí*, quanto à distribuição espacial das casas em uma única aldeia, às regras de casamento e residência, além da introdução de novos valores.

A chefia do Posto Indígena da FUNAI é exercida por um índio *Suruí*. Funciona na aldeia uma escola de 1º grau, onde atuam professores do CIMI e monitores bilíngües e o atendimento de saúde em nível ambulatorial é realizado por monitores indígenas.

AValiação DE IMPACTOS

17 - Intensificação do tráfego com reflexos sobre as comunidades indígenas

A aldeia Suruí, dista 4 km da rodovia PA -152. E esta, por sua vez, corta a porção oriental da Terra Indígena Sororó em 9 km. Esta estrada servirá de acesso ao empreendimento e isso representa uma intensificação do tráfego na Terra Indígena e o aumento do risco de incêndios e de acidentes envolvendo os índios, que utilizam a estrada para sua mobilidade até à cidade, principalmente para comercializar artesanato. Isto também acarretará o aumento significativo do comércio informal ao longo da mesma, inclusive do artesanato confeccionado pelos índios. O cuidado com a manutenção e a sinalização dessa estrada deve ser rigoroso, além do controle de consumo de bebidas alcóolicas, sendo sua venda, por lei, proibida aos índios, e considerando, da mesma forma, o perigo de envolvimento destes com prostituição.

a) Medidas Recomendadas

Implementação do Programa de Monitoramento das Interferências com a População Indígena Suruí-Aikewar.

18 - Geração de expectativa da população indígena diante do empreendimento

Tanto pode gerar expectativas quanto as alterações ambientais nas proximidades, com reflexo na terra indígena, como também expectativas quanto ao aproveitamento de mão-de-obra temporária de índios, intensificação de comércio informal com a venda de artesanato.

b) Medidas recomendadas

Implementação do Programa de Monitoramento das Interferências com a População Indígena Suruí-Aikewar.

19 - Estabelecimento de quadro de desequilíbrio ecológico com reflexos sobre as comunidades indígenas

Devido ao enchimento do reservatório, a inundação de matas ciliares irá afugentar a fauna, vindo a interferir no modo de vida dos Suruí, uma vez que a caça é uma das atividades de subsistência do grupo. De acordo com o Decreto N° 1.141/94, que dispõe sobre as ações de proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas, determina, no seu artigo 9º que as ações voltadas à proteção ambiental das terras indígenas e seu entorno, destinam-se a garantir a manutenção do equilíbrio necessário à sobrevivência física e cultural das comunidades indígenas, contemplando, entre outras providências, um diagnóstico ambiental, para conhecimento da situação, como base para as intervenções necessárias, acompanhamento e controle da recuperação das áreas que tenham sofrido processo de degradação de seus recursos naturais e o controle ambiental das atividades potencial ou efetivamente modificadoras do meio ambiente, mesmo aquelas desenvolvidas fora dos limites das terras indígenas que afetam.

c) Medidas recomendadas

Implementação do Programa de Monitoramento das Interferências com a População Indígena Suruí-Aikewar.

20 - Alteração do quadro de saúde das populações indígenas envolvidas

A chegada do contingente de trabalhadores de diferentes regiões do país pode acarretar alterações no quadro de saúde das populações indígenas que vivem na região, tanto pelo convívio social que pode vir a ocorrer, como no profissional, pela eventual contratação de mão-de-obra de trabalhadores índios, conforme citado no item 29, o Decreto N° 1.141/94, dispõe inclusive sobre ações de proteção à saúde dos índios, cabendo o acompanhamento

do quadro de saúde dos Suruí, por meio de um programa de monitoramento das interferências advindas do empreendimento à população indígena.

d) Medidas recomendadas

Implementação do Programa de Monitoramento das Interferências com a População Indígena Suruí-Aikewar.

21 - Fricção interétnica

As populações indígenas formam sociedades diferentes da sociedade nacional, isto é, com cultura, língua e valores próprios. A história de contato dessas comunidades trouxe, invariavelmente, prejuízos irreversíveis às mesmas. Também o contato dos índios Suruí, levou-os a um quadro de depopulação grave que vem sendo lentamente recuperado. No programa de monitoramento das populações indígenas, os técnicos de planejamento e os trabalhadores da obra devem que ser orientados sobre essa realidade, com vistas a serem estabelecidos critérios para uma possível convivência, mesmo que esporádica destes, com os índios.

e) Medidas recomendadas

Implementação do Programa de Monitoramento das Interferências com a População Indígena Suruí-Aikewar.

22 - Influência no espaço territorial indígena

A Terra Indígena Sororó, possui uma superfície de 26.257 ha, fica a 115 km ao sul da cidade de Marabá e a 30 km do eixo da barragem e está localizada na mesma bacia hidrográfica da UHE Santa Isabel. Desse modo, deverá ser observada a localização do canteiro de obras e acampamentos de serviços, para que esgotos e produtos químicos em geral não contaminem os rios que servem àquela Terra indígena. Da mesma forma, a localização de jazidas minerais (áreas de empréstimo), além do cuidado com a manutenção de estradas de acesso para evitar possíveis erosões e conseqüentes assoreamentos desses rios.

f) Medidas recomendadas

Implementação do Programa de Monitoramento das Interferências com a População Indígena Suruí-Aikewar.

PROGRAMA DE MONITORAMENTO DAS INTERFERÊNCIAS COM A POPULAÇÃO INDÍGENA SURUÍ-AIKEWAR

OBJETIVOS

O Programa de Monitoramento das Interferências com a População Indígena Suruí-Aikewar tem por objetivo a orientação e o acompanhamento da população indígena que vive próxima à área onde será implantada a UHE Santa Isabel no que se refere à natureza e às características do empreendimento, de modo a prepará-la para conviver com as mudanças sócio-econômicas e ambientais decorrentes do mesmo, na região.

JUSTIFICATIVAS

A implantação da UHE Santa Isabel, no estado do Pará não incide diretamente na Terra Indígena Sororó, onde vivem os índios Suruí. Entretanto, as alterações sócio-ambientais advindas do empreendimento, na região de entorno, além do provável aquecimento econômico, caracterizado pela maior circulação de renda, pessoas e mercadorias, fazem com que as populações indígenas fiquem expostas a possíveis interferências, com maior intensidade do que a população regional não-índia.

Essas interferências podem se traduzir na mobilidade constante dos índios na estrada que atravessa a Terra Indígena Sororó e que dá acesso à obra e pelo relacionamento interétnico decorrente dessa movimentação.

PROCEDIMENTOS

Nesse caso, o procedimento adotado para o trato da Questão Indígena em relação ao empreendimento é o acompanhamento, através de um programa de monitoramento dessa comunidade indígena e outro, de conscientização dos trabalhadores da obra, em relação à população indígena envolvida.

RESPONSABILIDADES

A implantação dos referidos programas é de responsabilidade do empreendedor sendo que seu conteúdo deverá ser submetido à análise e aprovação da FUNAI

Os programas serão desenvolvidos por meio de palestras e utilização de material paradidático como folders, cartazes, cartilhas, etc.

Ações: Interação com a FUNAI (através da Administração Regional de Marabá) – p/orientação sobre o procedimento a ser seguido, (legislação, regulamentos, etc.) e para a interveniência na realização de palestras, de caráter preventivo.

Realização de Palestras dirigidas à comunidade indígena Suruí-Aikewar próximas a UHE Santa Isabel.

Abordagens:

g) UHE Santa Isabel

- Informações sobre o empreendimento
- Esclarecimentos quanto a Área de Influência Indireta
- Cuidados com o Meio Ambiente / Programas Ambientais

h) Relacionamento interétnico / Orientação

- Aspectos de Saúde / Prevenção de doenças / Doenças Sexualmente
 - Transmissíveis

Dirigidas ao pessoal envolvido na construção da UHE Santa Isabel Abordagens:

- a) Diferenças culturais /Relacionamento Interétnico / Legislação Indigenista.
- b) Aspectos de Saúde / Prevenção de doenças / Doenças sexualmente transmissíveis.
- c) Relação Meio Ambiente / Índio / Território.
- d) Importância do empreendimento no contexto de desenvolvimento regional.